

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE FORMAÇÃO DE CONTRATO PÚBLICO

TIPO DE PROCEDIMENTO

Ajuste Direto – Procedimento n.º 054/11/2024/DG

OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de Serviços de Assessoria Técnica para Purificação das Demonstrações Financeiras e Estabelecimento de Mecanismos de Integridade

PEÇA DO PROCEDIMENTO

Caderno de Encargos

CADERNO DE ENCARGOS

(Artigos 40 e 42.º do Código dos Contratos Públicos)

Procedimento Pré-contratual para a formação de contrato de **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA PURIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE INTEGRIDADE”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Aprovado em

____/____/____

O Presidente do Conselho de Administração

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Título I – Disposições iniciais	4
Capítulo I – Disposições Gerais	4
Cláusula 1ª – Objeto.....	4
Cláusula 2ª – Contrato	4
Cláusula 3ª – Prazo.....	5
Título II – Obrigações Contratuais.....	5
Capítulo I – Obrigações do Adjudicatário.....	5
Cláusula 4ª – Obrigações principais do adjudicatário	5
Cláusula 5ª – Conformidade dos serviços	6
Cláusula 6ª – Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 7ª – Forma de prestação do serviço	8
Capítulo II – Obrigações da ABMG, E.I.M., S.A.....	9
Cláusula 8ª – Preço contratual	9
Cláusula 9ª – Condições de pagamento.....	9
Título III – Sanções Contratuais e Resolução.....	10
Cláusula 10ª – Sanções Contratuais	10
Cláusula 11ª – Força maior.....	11
Cláusula 12ª – Resolução por parte da ABMG, E.I.M., S.A.....	12
Cláusula 13ª – Resolução por parte do adjudicatário	13
Título IV – Resolução de Litígios.....	13
Cláusula 14ª – Foro competente.....	13
Título V – Disposições finais	14

Cláusula 15ª – Subcontratação e cessão da posição contratual	14
Cláusula 16ª – Comunicações e notificações	14
Cláusula 17ª – Contagem dos prazos	15
Cláusula 18ª – Legislação aplicável	15
PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	16

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Título I – Disposições iniciais

Capítulo I – Disposições Gerais

Cláusula 1ª – Objeto

O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, no seguimento de procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a **“Aquisição de Serviços de Assessoria Técnica para Purificação das Demonstrações Financeiras e Estabelecimento de Mecanismos de Integridade”**.

Cláusula 2ª – Contrato

1 – O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado e integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido, expressamente, aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do n.º 1 do clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o

disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª – Prazo

O adjudicatário obriga-se a concluir a execução dos serviços, com todos os elementos referidos na Parte II do presente Caderno de Encargos, no prazo máximo de 6 (seis) meses.

Título II – Obrigações Contratuais

Capítulo I – Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 4ª – Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar os serviços nos termos, condições e prazos acordados;
- b) Obrigação de, após adjudicação, comunicar a identificação completa da equipa a afetar à prestação dos serviços;
- c) Comunicação antecipada dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, nos termos do contrato;
- d) Prestação de forma correta e fidedigna das informações referentes às condições em que é prestado o fornecimento, bem como prestação de todos os esclarecimentos que sejam solicitados;
- e) Mobilizar e afetar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir um estudo fiável e de qualidade;
- f) Não ceder a sua posição contratual no contrato celebrado com a entidade adjudicante sem autorização prévia desta;

- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais;
- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i) Comunicar à ABMG E.I.M., S.A. a nomeação do gestor de contrato, responsável pela sua gestão, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- j) Colaborar com a Entidade Adjudicante na prestação de informações aos órgãos autárquicos dos municípios acionistas e às entidades de tutela e supervisão.

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do presente contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5ª – Conformidade dos serviços

1 – O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato em conformidade com as condições definidas no presente caderno de encargos, assim como a dar pronta e completa satisfação a todas as solicitações feitas pela ABMG E.I.M., S.A. em matéria de controlo da execução do contrato.

2 – No prazo de 3 (três) dias úteis a contar da entrega dos elementos referentes a cada parte da execução do contrato, a ABMG procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

3 – No decurso da análise da execução das obrigações contratuais, o adjudicatário deverá prestar à ABMG, E.I.M., S.A. toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4 – No caso de não se verificar a completa e/ ou atempada realização de alguma ou de todas as prestações devidas pelo adjudicatário, no cumprimento estrito do presente contrato, a ABMG E.I.M., S.A. deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

5 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela ABMG, E.I.M., S.A., às ações necessárias para garantir o cumprimento das condições contratadas.

6 – Após a entrega final de todos os elementos objeto do contrato será realizada a aceitação final do estudo.

7 – Com a aceitação definitiva, ocorre a transferência da posse dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato para a Entidade Adjudicante, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

8 – Pela cessão dos direitos que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do Contrato.

9 – Atento à documentação produzida a Entidade Adjudicante e os municípios abrangidos são detentores exclusivos dos direitos de propriedade intelectual desses elementos, não podendo o Adjudicatário, em caso algum, ceder, utilizar ou copiar tais documentos.

Cláusula 6ª – Objeto do dever de sigilo

1 – O adjudicatário, bem como qualquer colaborador ou recurso que este afete ao contrato a celebrar, deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos serviços e à ABMG, E.I.M., S.A., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, responsabilizando-se pela observância de idêntico sigilo por parte dos colaboradores que afete a execução do presente contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, a outros trabalhadores do adjudicatário ou a qualquer outro recurso que direta ou indiretamente colabore com o adjudicatário, além daqueles que se encontrem afetados ao

cumprimento do objeto do contrato, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Excetua-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – A quebra do dever de sigilo é motivo bastante para a imediata resolução do contrato por parte da ABMG, E.I.M., S.A., sem prejuízo de indemnização que seja devida nos termos gerais de direito.

Cláusula 7ª – Forma de prestação do serviço

1 – O prestador de serviços fica obrigado a apresentar à ABMG, com a periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

2 – No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase da execução do contrato.

3 – Todos os relatórios, registos, comunicados, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

4 – O adjudicatário deverá executar os trabalhos integrantes da prestação de serviços com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, competência, independência, responsabilidade e zelo.

5 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade semanal e/ ou quando a Entidade Adjudicante entenda necessário para o suficiente esclarecimento sobre o desenvolvimento dos trabalhos, reuniões de coordenação do Estudo, reuniões em regime não presencial, das quais serão lavradas atas pelo representante do adjudicatário responsável pela coordenação do estudo, a assinar por todos os intervenientes na reunião.

6 – As reuniões referidas no ponto anterior terão um carácter presencial sempre que se proceda à entrega/ apresentação dos elementos a desenvolver em cada fase do estudo ou, sempre que a Entidade Adjudicante entenda necessário.

7 – A realização de reuniões com a Entidade Adjudicante não substitui a entrega de documentos do Projeto.

Capítulo II – Obrigações da ABMG, E.I.M., S.A.

Cláusula 8ª – Preço contratual

1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a ABMG, E.I.M., S.A. deve pagar ao adjudicatário os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido.

2 – Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ABMG, E.I.M., S.A.

3 – O preço contratual máximo admissível para o presente procedimento é de **9.950,00 €** (nove mil, novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 9ª – Condições de pagamento

1 – A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula 8ª, deve ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias, após a receção pela ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. da (s) respetiva (s) fatura (a), a qual (ais) só pode (m) ser emitida (s) após o vencimento da obrigação respetiva.

2 – Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida, nos momentos previstos no número seguinte.

3 – A (s) quantia (s) devida (s) pela Entidade Adjudicante a que se refere a cláusula 8ª são divididas em duas fases da execução do contrato, nos seguintes termos:

- a) Será pago o valor de 5.000,00 € (cinco mil euros) em sede de *Kick-off* do Projeto;
- b) Será pago o valor de 4.950,00 € em sede de entrega da minuta do relatório final a produzir no âmbito da prestação dos serviços;

4 – Em caso de discordância por parte da ABMG, E.I.M., S.A. quanto ao valor indicado na fatura, ou nota de crédito se aplicável, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão do respetivo documento retificativo de fatura.

5 – A discordância por parte da ABMG, E.I.M., S.A. quanto aos valores indicados na fatura, nos termos do número anterior, interrompe o prazo de 30 (trinta) dias a que se fere o n.º 1.

6 – Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Título III – Sanções Contratuais e Resolução

Cláusula 10ª – Sanções Contratuais

1 – Pelo incumprimento dos prazos fixados ou cumprimento defeituoso do contrato, a ABMG, E.I.M., S.A. pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, calculada de acordo com a fórmula seguinte:

$$P = 0,5 * V \times A / N$$

Em que:

P – corresponde ao montante da penalidade;

V – é igual ao valor do contrato;

A – é o número de dias em atraso;

N – é o número total de dias de execução do contrato

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento a ABMG E.I.M., S.A. tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3 – Os valores de eventuais sanções pecuniárias poderão ser deduzidos no preço contratual ou creditados a favor da ABMG, E.I.M., S.A.

4 – Na aplicação de sanções contratuais a ABMG, E.I.M., S.A. terá em conta os limites impostos nos termos do artigo 329.º do CCP.

5 – As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a ABMG, E.I.M., S.A. exija uma indemnização pelo dano excedente.

6 – A liquidação das sanções em que o Adjudicatário incorra será efetuada por desconto no pagamento ou pagamentos imediatos à verificação do facto que tenha dado origem às sanções.

Cláusula 11ª – Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12ª – Resolução por parte da ABMG, E.I.M., S.A.

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente no artigo 333.º do CCP, a ABMG, E.I.M., S.A. pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações objeto do presente caderno de encargos.

2 – Em função da ponderação da gravidade e reiteração do incumprimento, a verificação das situações previstas no número anterior, considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível

de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.

3 – A sanção de resolução ou suspensão é notificada ao adjudicatário por carta registada com aviso de receção, com indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

4 – A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.

5 – Em caso de resolução do contrato o adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da entidade adjudicante.

6 – A resolução do contrato não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas na cláusula 18ª.

Cláusula 13ª – Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos e condições estabelecidos no artigo 332.º do CCP.

Título IV – Resolução de Litígios

Cláusula 14ª – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Título V – Disposições finais

Cláusula 15ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 – O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização escrita da ABMG E.I.M., S.A.
- 2 – Se o adjudicatário contratar um subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da ABMG E.I.M., S.A., são impostas a esse subcontratante as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados por conta da ABMG E.I.M., S.A. e o adjudicatário, referidas na cláusula 7ª, em particular a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do presente regulamento.
- 3 – Em caso de violação das obrigações em matéria de proteção de dados pelo subcontratante, o adjudicatário continua a ser plenamente responsável, perante a ABMG E.I.M., S.A., pelo incumprimento das obrigações desse subcontratante.

Cláusula 16ª – Comunicações e notificações

- 1 – As comunicações e notificações entre as partes devem ser efetuadas, por escrito, com suficiente clareza, de modo que o destinatário fique ciente da respetiva natureza do conteúdo.
- 2 – Com exceção das situações em que o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Por correio eletrónico;
 - b) Por carta registada com aviso de receção;
- 3 – A ABMG, E.I.M., S.A., em momento posterior à outorga do contrato, procederá à indicação das pessoas de contacto e respetivos endereços eletrónicos.
- 4 – As faturas deverão ser enviadas em formato digital para o endereço faturas@abmg.pt, desde que cumpridas todas as disposições legais relacionadas com a faturação eletrónica.

5 – Em alternativa ao envio em formato digital, as faturas podem ser enviadas para os Serviços Centrais da ABMG, E.I.M., S.A., sitos na seguinte morada:

- Rua de São Pedro, Pavilhão Multiusos da Carapinheira, 3140 – 099 Carapinheira

6 – Os contactos do adjudicatário (correio eletrónico e endereço) serão os indicados na proposta.

7 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, salvo quando se explicita o prazo em dias úteis.

Cláusula 18ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A – Enquadramento:

1 – A ABMG é desde 15 de janeiro de 2020, a Entidade Gestora responsável pelos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais dos concelhos de Soure, Mira e Montemor-o-Velho, assente num contrato de delegação de competências de AA e AR;

2 – A criação da ABMG, assentou em Estudos técnicos na ótica do projeto, avaliando a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira dos serviços de AA e AR, interrelacionados, nomeadamente:

- a) Contrato de delegação de competências;
- b) Planos de Investimentos AA e AR, e respetivo pacote de cofinanciamento comunitário e bancário;
- c) Mapas e Planeamento Financeiros e de Execução Anuais;
- d) Planos Tarifários;
- e) Planos e Modelos de Organização e Pessoas;
- f) Cadeia de Valor e Processos de Negócio;
- g) Sistemas de informação de suporte da ABMG.

3 – Entre o dia 15 de janeiro de 2020 e a data atual, já decorreram cerca de quatro anos e meio e existem um conjunto de fatores/ riscos internos e externos, que condicionam a vida de qualquer entidade;

4 – À presente data, existem um conjunto de fatores/ riscos externos, que têm provocado alguns desvios aos objetivos estratégicos planeados, que têm e podem ter impacto significativo na vida da ABMG, nomeadamente de carácter financeiro.

Face ao exposto, pretende-se, com a presente prestação de serviços, a realização de uma avaliação da situação atual da ABMG, com o objetivo de identificar e valorizar oportunidades adequadas a implementar, que possam assegurar a sustentabilidade económica e financeira,

atual e futura, da ABMG, e permitam assegurar um ambiente social e político adequado à continuidade das operações da ABMG.

B – Objeto e âmbito dos serviços

Os serviços a prestar serão os seguintes:

- 1) Estudar e avaliar um conjunto de ativos, serviços e atividades, que:
 - transitaram dos Municípios acionistas para a ABMG, e;
 - atualmente existem e são parte real das operações da ABMG;

Para avaliar se os mesmos, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da ABMG, no sentido de purificar as mesmas, face aos riscos existentes da legislação atual em vigor, nomeadamente, do artigo 62.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, referente ao “Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais”, na sua versão atualizada, e;

- 2) Estudar e avaliar um conjunto de mecanismos (p.e. *(i)* contratos programas, *(ii)* contratação da aquisição de bens e serviços, locações, fornecimentos ou empreitadas, a preços de mercado, e ou *(iii)* contratação excluída, tal como definir e implementar o (s) mesmo (s), face à condição legal indispensável e indissociável por razões históricas à própria formação, em razão da sua natureza ou das suas características, bem como da posição relativa dos seus acionistas ou do contexto da sua formação e desenvolvimento da atividade pela ABMG.

C – Metodologias

O Prestador de Serviços deverá adotar as metodologias de trabalho que permitam o maior valor acrescentado possível para a ABMG, ficando, todavia, vinculados à observância e cumprimento de toda a regulamentação e legislação aplicável ao setor de AA e AR.

D – Equipa e plano de trabalho

O Prestador de Serviços deverá dimensionar e adequar a equipa de trabalho e os recursos a afetar, tendo em vista o cumprimento do prazo de prestação dos serviços, previsto na Cláusula 3ª, da Parte I do Caderno de Encargos.

O Prestador de Serviços deverá ainda garantir a afetação ao projeto, de recursos humanos com ampla experiência em projetos desta natureza, com conhecimento efetivo da área de negócio, regulamentação e legislação aplicável aos setores de AA e AR.